

Água Limpa Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Água Limpa Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Água Limpa Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Água Limpa Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de abril de 2018


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


Antonio Marcos Lima Dutra
Contador
CRC nº 1 BA 021440/O-8

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVOS</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	876	7.897	Fornecedores	13	1.077	2.239
Contas a receber	5	3.761	2.970	Empréstimos e financiamentos	14	4.510	5.754
Adiantamentos a fornecedores		-	25	Impostos a recolher		92	131
Impostos a recuperar	7	963	934	Obrigações sociais e trabalhistas		294	233
Outros	12	498	163	Partes relacionadas	9	-	4
Total dos ativos circulantes		<u>6.098</u>	<u>11.989</u>	Dividendos a pagar	15	430	-
				Total dos passivos circulantes		<u>6.403</u>	<u>8.361</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Depósitos bancários vinculados	6	3.961	3.905	Empréstimos e financiamentos	14	<u>51.615</u>	<u>68.398</u>
Impostos a recuperar	7	3.720	5.250	Total dos passivos não circulantes		<u>51.615</u>	<u>68.398</u>
Impostos diferidos	8	-	4.679				
Depósitos judiciais		11	11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros	12	1.282	-	Capital social	15	41.288	41.288
Imobilizado	10	83.734	88.779	Reserva de lucros		1.422	-
Diferido	11	1.920	2.560	Prejuízos acumulados		-	(867)
Intangível		<u>2</u>	<u>7</u>	Total do patrimônio líquido		<u>42.710</u>	<u>40.421</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>94.630</u>	<u>105.191</u>				
TOTAL DOS ATIVOS		<u>100.728</u>	<u>117.180</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>100.728</u>	<u>117.180</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITA LÍQUIDA	17	27.089	26.722
CUSTOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO	18	(8.189)	(6.886)
LUCRO BRUTO		<u>18.900</u>	<u>19.836</u>
DESPESAS			
Despesas gerais e administrativas	18	(3.664)	(2.767)
Remuneração dos administradores	18	<u>(320)</u>	<u>(301)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		14.916	16.768
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	19	1.153	1.028
Despesas financeiras	19	<u>(6.510)</u>	<u>(7.919)</u>
Total		(5.357)	(6.891)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		9.559	9.877
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(1.203)	(1.114)
Diferido	8	<u>(3.136)</u>	<u>-</u>
		(4.339)	(1.114)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>5.220</u>	<u>8.763</u>
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES		<u>0,126</u>	<u>0,212</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5.220	8.763
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>5.220</u>	<u>8.763</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros			Lucro (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		41.288	-	-	(9.630)	31.658
Lucro líquido do exercício		-	-	-	8.763	8.763
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		41.288	-	-	(867)	40.421
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.220	5.220
Destinação do lucro:						
Reserva legal		-	218	-	(218)	-
Distribuição de lucro (R\$ 0,07 por lote de mil ações)	15	-	-	-	(2.931)	(2.931)
Reserva de lucro		-	-	1.204	(1.204)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		41.288	218	1.204	-	42.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		5.220	8.763
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	18	6.187	6.481
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquido do bônus de adimplência	14 e 19	6.448	7.690
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	14	60	60
Encargos sobre mútuos	9 e 19	-	74
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	3.136	-
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(791)	(1.020)
Adiantamentos a fornecedores		25	(7)
Impostos a recuperar		3.843	3.291
Outros		(74)	(63)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.162)	(2.315)
Impostos a recolher		(2.860)	(2.261)
Imposto de renda e contribuição social pagos		479	-
Obrigações sociais e trabalhistas		61	9
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	14	(3.312)	(3.773)
Outras contas a pagar		-	4
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>17.260</u>	<u>16.933</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Depósitos bancários vinculados		(56)	(847)
Aquisição de imobilizado	10	(497)	(71)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(553)</u>	<u>(918)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de empréstimos e financiamentos	14	(21.223)	(5.455)
Dividendos pagos	15	(2.501)	-
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		(4)	(3.369)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(23.728)</u>	<u>(8.824)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(7.021)</u>	<u>7.191</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	7.897	706
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	876	7.897
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(7.021)</u>	<u>7.191</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÁGUA LIMPA ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Água Limpa Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, CNPJ 07.321.289/0001-90, controlada pela Termoelétrica Potiguar S.A. (TEP), constituída em 25 de fevereiro de 2005, com sede em Dianópolis – Estado do Tocantins, tendo por objetos sociais principais a geração e a comercialização de energia elétrica em todo território nacional, a partir da Pequena Central Hidroelétrica (PCH) Água Limpa, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante a Resolução nº 422, de 23 de janeiro de 2006, para estabelecer-se como produtora independente de energia (PIE), implantar e explorar a PCH Água Limpa (14 MW), localizada no Rio Palmeiras, Estado do Tocantins. A autorização tem prazo até 8 de novembro de 2033, podendo ser prorrogada, a pedido da Companhia e a critério da ANEEL.

Não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010, com contrato de fornecimento de energia à Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. pelo prazo de 20 anos e vigência até 30 de outubro de 2030, no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA.

Mecanismo de Realocação de Energia

A Água Limpa Energia S.A. fez opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas à Eletrobrás, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). A Companhia realiza a contabilização da provisão pela competência e, ao final do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de riscos hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico apenas em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados

mediante pagamento de prêmio de risco de R\$ 9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. Devido ao fato de que a Companhia aderiu à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do Generation Scaling Factor ("GSF") de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobrás, a Companhia contabilizou uma provisão do saldo com base em estudos da consultoria energética da Água Limpa Energia S.A. e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobrás possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto ainda não foi efetuado. Quando da efetivação do desconto, o valor descontado a maior pela Eletrobrás será compensado com o valor do prêmio devido pela Companhia, finalizando a compensação no ano de 2020. O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE de 2017 na data base de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 962 (2016 na data base de 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.170). A Companhia possui a expectativa que a retenção dos valores devidos iniciará a partir de 2018. No exercício de 2017, foi reconhecido no resultado o montante de R\$1.208 (R\$ 2.372 em 2016), referente ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2017 e 2016 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e as normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 25 de abril de 2018, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por essa razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (b) ativos financeiros disponíveis para venda; (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e (d) empréstimos e recebíveis.

Os instrumentos financeiros classificados como mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável. No caso da Companhia refere-se aos depósitos bancários vinculados.

Os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis correspondem a ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. No caso da Companhia refere-se substancialmente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("*Impairment*"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (b) outros passivos financeiros.

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados como outros passivos financeiros e são substancialmente representados por fornecedores e empréstimos e financiamentos e contratos de mútuo. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

A Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de concessão/contrato. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 11.

Intangível

Formado por gastos com direito de uso de software, que são amortizados pelo método linear.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Nos exercícios de 2016 e 2017, a Companhia adotou o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta da Companhia; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no exercício; estas não possuem margem para presunção de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e a época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando pode ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos no contrato de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro líquido por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa

No exercício corrente a Empresa aplicou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados 01 de janeiro de 2017, conforme descrito a seguir:

Norma	IAS 7 – Fluxos de Caixa
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	A Companhia aplicou essas alterações pela primeira vez no exercício corrente. As alterações requerem que a entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos resultantes das atividades de financiamento, incluindo mudanças que envolvem e não envolvem caixa.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que a Companhia possui como passivos resultantes de atividades de financiamentos, apenas as contas de empréstimos e financiamentos, e que não possuem outras transações sem efeito caixa, além das que já estão divulgadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Norma	IAS 12 – Impostos sobre a renda
Vigência	1º de janeiro de 2017
Principais pontos introduzidos pela norma	As alterações esclarecem como uma entidade deve avaliar se haverá lucros tributáveis futuros suficientes para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.
Impactos da adoção	A aplicação dessas alterações não teve impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, uma vez que a Empresa já avaliou a suficiência de lucros tributáveis futuros de forma consistente com essas alterações.

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 01 de janeiro de 2018.

Norma	CPC 48 - Instrumentos Financeiros
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Inclui um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
Impactos da adoção	<p>A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Empresa, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comparado com os princípios do IAS 39.</p> <p>Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos e títulos e valores mobiliários), ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado (instrumentos financeiros derivativos, opções de compra de ações e demais títulos e valores mobiliários).</p> <p>Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações financeiras deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.</p>

Norma	CPC 47 - Receita de contratos com clientes
Vigência	1º de janeiro de 2018
Principais pontos introduzidos pela norma	Exige reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Essa norma substituirá a maior parte das regras para reconhecimento de receitas segundo CPC, e poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.

Norma	IFRS 16 – Arrendamento mercantil
Vigência	1º de janeiro de 2019
Principais pontos introduzidos pela norma	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	4	703
Aplicações financeiras	<u>872</u>	<u>7.194</u>
	<u>876</u>	<u>7.897</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data de aplicação realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente a 106,57% (104,95%, em 2016) do Certificado de Depósito Bancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos a receber	<u>3.761</u>	<u>2.970</u>
Total	<u>3.761</u>	<u>2.970</u>

Títulos a receber correspondentes ao fornecimento de energia elétrica à Eletrobras decorrente do contrato de compra e venda de energia que a Companhia possui no PROINFA, com prazo de vencimento inferior a 60 dias.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa Econômica Federal	2.425	2.513
Banco da Amazônia S.A.	<u>1.536</u>	<u>1.392</u>
Total	<u>3.961</u>	<u>3.905</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo em instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente a 97% do CDI.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Programa de Integração Social - PIS	6	258
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	29	716
PIS/COFINS/CSLL retidos sobre faturamento	2.893	3.643
IRRF sobre aplicações financeiras	400	401
IRRF sobre faturamento	789	1.023
Outros	<u>566</u>	<u>143</u>
Total	<u>4.683</u>	<u>6.184</u>
Circulante	963	934
Não circulante	<u>3.720</u>	<u>5.250</u>
Total	<u>4.683</u>	<u>6.184</u>

8. IMPOSTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre os prejuízos fiscais e diferenças temporárias existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Alíquota</u>	<u>2016</u>
Prejuízos fiscais acumulados		10.178
Bases negativas acumuladas		10.450
Diferenças temporárias:		
Custo de captação de empréstimos e financiamentos		(851)
Diferido - despesas pré-operacionais		<u>4.363</u>
Total de prejuízos fiscais e diferenças temporárias		13.690
Total de bases negativas e diferenças temporárias		<u>13.962</u>
Imposto de renda	25%	3.423
Contribuição social	9%	<u>1.256</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>4.679</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos		4.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos		<u>(289)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos		<u>4.679</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016		4.679
Diferenças temporárias (c)		(554)
Baixa de diferido (c)		(641)
Deságio na venda de crédito (b)		(1.942)
Venda de crédito tributário (a)		<u>(1.542)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>-</u>

- (a) Os tributos diferidos com base no prejuízo fiscal e base negativa, foram cedidos através da Ata de reunião de Conselho da Administração (RCA) para Companhia Energética Potiguar – CEP, através da MP 783/2017 que permitiu a cessão de crédito para quitação de dívidas através da compensação de prejuízos fiscais e base negativa no PERT – Programa Especial de Regularização Tributária.
- (b) Após negociação, as partes chegaram a uma proposta de preço da venda dos créditos por R\$1.942, o que corresponde a um deságio de 55,74%, definindo o prazo de pagamento em 71 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de janeiro de 2018.
- (c) O tributo diferido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação foram baixados em 2017. Com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros a Companhia entende que não há expectativa de utilização dos saldos ativos uma vez que a tributação com base no lucro presumido demonstra ser mais atrativo que o lucro real, impossibilitando assim a compensação do ativo fiscal diferido.

Saldo de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa diferidos	3.485
Deságio na venda dos créditos	<u>(1.943)</u>
Saldo a receber em 71 parcelas	<u>1.542</u>
Circulante	260
Não circulante	<u>1.282</u>
Total	<u>1.542</u>
<u>Efeito no resultado</u>	<u>2017</u>
Diferenças temporárias	(553)
Baixa de diferido	(641)
Deságio na venda de crédito	<u>(1.942)</u>
Total	<u>(3.136)</u>

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Encargos incidentes	2016	
		Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>			
Termoelétrica Potiguar S.A.	30% do IGP-M	-	74
Subtotal mútuo		-	74
<u>Conta-corrente</u>			
Areia Energia S.A.	Sem encargos	4	-
Subtotal conta-corrente		4	-
Total		<u>4</u>	<u>74</u>
Circulante		4	
Não Circulante		-	
Total		<u>4</u>	
	Encargos incidentes	2017	
		Ativo	Resultado
<u>Outros</u>			
Companhia Energética Potiguar (a)	Sem encargos	<u>1.542</u>	<u>1.942</u>
Total		<u>1.542</u>	<u>1.942</u>

As transações entre partes relacionadas são efetuadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. A Companhia não possui garantias prestadas a partes relacionadas ou terceiros.

- (a) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente a venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT – Parcelamento Especial de Regularização Tributária, por parte da controlada.

10. IMOBILIZADO

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Computadores e periféricos	Imobilizado em curso	Total
Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	
<u>Custo corrigido</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	740	22.712	166	45.988	53.297	22	35	122.960
Adições	-	-	-	9	-	1	61	71
Saldos em 31 de dezembro de 2016	740	22.712	166	45.997	53.297	23	96	123.031
Adições	-	-	11	458	-	2	26	497
Transferências	-	-	13	57	5	1	(76)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	740	22.712	190	46.512	53.302	26	46	123.528
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(172)	(4.750)	(155)	(10.803)	(12.536)	-	-	(28.416)
Adições	(36)	(1.106)	(8)	(2.179)	(2.506)	(1)	-	(5.836)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(208)	(5.856)	(163)	(12.982)	(15.042)	(1)	-	(34.252)
Adições	(33)	(1.065)	(10)	(2.058)	(2.376)	-	-	(5.542)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(241)	(6.921)	(173)	(15.040)	(17.418)	(1)	-	(39.794)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2017	499	15.791	17	31.472	35.884	25	46	83.734
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2016	532	16.856	3	33.015	38.255	22	96	88.779

(*) A Companhia adotou o prazo remanescente de autorização para a produção de energia, a partir da data de entrada em operação, como vida útil-econômica dos bens, para depreciação do imobilizado em serviço, visto que, no fim do prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e as instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2017. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

Bens dados em garantia

A Companhia possui terrenos, edificações, obras civis e benfeitorias, reservatório, barragens, adutoras e máquinas e equipamentos dados em garantia de empréstimos e financiamentos, os quais totalizam R\$83.646 em 31 de dezembro de 2017 (R\$88.658 em 2016), líquidos de depreciação.

11. DIFERIDO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas pré-operacionais	6.401	6.401
Amortização acumulada	<u>(4.481)</u>	<u>(3.841)</u>
Total	<u>1.920</u>	<u>2.560</u>

Refere-se a gastos administrativos pré-operacionais, incorridos na fase de implantação da Companhia para viabilização do empreendimento. Os mesmos foram capitalizados até o exercício de 2008 e estão sendo amortizados desde 2011, à taxa de 10% ao ano. Conforme facultado pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção de parte dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização.

12. OUTROS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamento a funcionários	10	1
Almoxarifado	185	141
Despesas antecipadas	43	21
Venda de crédito tributário PERT	<u>1.542</u>	<u>-</u>
	<u>1.780</u>	<u>163</u>
Circulante	498	163
Não Circulante	<u>1.282</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.780</u>	<u>163</u>

13. FORNECEDORES

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
MRE - Mecanismo de Regulação Energética	962	2.170
Engenharia São Patrício Ltda.	41	40
Outros	<u>74</u>	<u>29</u>
	<u>1.077</u>	<u>2.239</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Ref.	Vencimento principal	Taxa efetiva	Encargos	Principal		Total	
					Circulante	Não Circulante	2017	2016
Moeda nacional								
Caixa Econômica Federal	(a)	junho/30	TJLP + 3,7% a.a.	17	2.886	34.864	37.767	54.329
(-) Custos de transação				-	(6)	(68)	(74)	(80)
Subtotal				17	2.880	34.796	37.693	54.249
Banco da Amazônia S.A.	(b)	maio/30	10% a.a.	151	1.515	17.428	19.094	20.619
(-) Custos de transação				-	(53)	(609)	(662)	(716)
Subtotal				151	1.462	16.819	18.432	19.903
Total				168	4.342	51.615	56.125	74.152
Circulante				168	4.342	-	4.510	5.754
Não circulante				-	-	51.615	51.615	68.398
Total				168	4.342	51.615	56.125	74.152

- (a) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006, e aditivo de retificação, assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$ 45.000, para execução do projeto de construção da PCH Água Limpa, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% ao ano até o período de carência e de 3,7% ao ano a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e finalizando em junho de 2030.
- (b) Contrato assinado em 10 de abril de 2010, no montante de R\$ 29.460, para execução do projeto da PCH Água Limpa, com incidência de taxa de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010, e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e finalizando em maio de 2030.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	5.476	70.154	75.630
Juros e variações monetárias provisionados	7.690	-	7.690
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(3.773)	-	(3.773)
Transferências	1.756	(1.756)	-
Amortização dos custos de captação	60	-	60
Pagamentos de principal	(5.455)	-	(5.455)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.754	68.398	74.152
Juros e variações monetárias provisionados	6.448	-	6.448
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(3.312)	-	(3.312)
Transferências	16.783	(16.783)	-
Amortização dos custos de captação	60	-	60
Pagamentos de principal	(21.223)	-	(21.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	4.510	51.615	56.125

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2017	2016
2018	-	5.499
2019	4.313	5.499
2020	4.313	5.499
2021	4.313	5.499
2022 em diante	38.676	46.402
Total	51.615	68.398

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Foi firmado Contrato de Constituição de Consórcio de Bancos, Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, entre a Caixa Econômica Federal e o Banco da Amazônia S.A., em que estes compartilham essas garantias. Os dois contratos de financiamentos estão garantidos por: (a) Penhor dos Direitos Emergentes das Autorizações; (b) Cessão e Vinculação dos Direitos Creditórios (Recebíveis); (c) Penhor de 28.901.698 (70%) ações ordinárias detidas pela Termoelétrica Potiguar; (iv) Penhor de 12.386.442 (30%) ações ordinárias detidas pela RPE – Produtora de Energia Ltda.; (v) Alienação fiduciária das máquinas e equipamentos no valor de R\$28.497; (vi) Hipoteca do terreno de 330,081 hectares e suas benfeitorias; (vii) Interveniente - Companhia Energética Manauara; (viii) Fundo de liquidez em conta reserva no valor de R\$3.905.

Esses contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

<u>Cláusula restritiva - "covenant"</u>	<u>Índice requerido</u>
Cobertura do serviço da dívida (*)	maior ou igual a 1,3 vezes
Patrimônio líquido / Passivo total (*)	maior ou igual a 23 %
Capital social / Investimento total (*)	maior ou igual a 23 %
Depósito bancário vinculado ao contrato (*) (**)	três vezes o serviço da dívida 10% do faturamento dos seis primeiros meses

(*) Caixa Econômica Federal

(**) Banco da Amazônia S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é de R\$ 41.288 e está representado por 41.288.140 ações ordinárias, sem valor nominal, e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Termoelétrica Potiguar S.A.	28.901.698	70%
RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda.	12.386.442	30%
Total	<u>41.288.140</u>	<u>100%</u>

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Os acionistas terão direito de receber dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída uma reserva legal de R\$ 218, não haviam saldos constituídos em 2016.

Lucros retidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração destinou 100% do lucro do exercício após o pagamento dos dividendos para a reserva de lucros retidos, no montante de R\$1.204.

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária.

Em 3 de agosto de 2017 a Administração aprovou em Ata de Reunião do Conselho a distribuição de R\$ 2.931 referentes a distribuição antecipada de dividendos, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram parcialmente distribuídos.

Saldo dividendos a pagar 2016	-
Dividendos propostos	2.931
Dividendos pagos	(2.501)
Saldo dividendos a pagar 2017	<u>430</u>

16. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- (a) A Companhia é autora de ação de desapropriação por utilidade pública de parte da área onde se encontra localizada a PCH Água Limpa. A ação encontra-se em trâmite na Justiça Estadual do Estado de Tocantins. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação do imóvel, destinado às instalações da PCH Água Limpa. Contudo, a Companhia já possui a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía depósitos judiciais relativos a esse processo no montante de R\$11. Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por essa razão, a Administração da Companhia, não constituiu nenhuma provisão para fazer face a eventuais perdas.
- (b) A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE - Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar sustando os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal. Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira, a partir de abril de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de venda de energia	28.115	27.994
Deduções de venda		
PIS	(183)	(227)
COFINS	<u>(843)</u>	<u>(1.045)</u>
Total	<u>27.089</u>	<u>26.722</u>

18. CUSTOS/DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(1.496)	(1.229)
Materiais	(53)	(69)
Depreciação e amortização	(6.187)	(6.481)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(476)	(407)
Custos com manutenção e operação	(2.108)	(538)
Arrendamentos e aluguéis	(41)	(42)
Custos e despesas com seguros	(123)	(172)
Despesas com viagens e comunicações	(120)	(130)
Serviços de terceiros	(36)	(36)
Assessoria e consultoria	(1.207)	(555)
Tributos	(14)	(8)
Outros	<u>(312)</u>	<u>(287)</u>
Total	<u>(12.173)</u>	<u>(9.954)</u>
Classificados como:		
Custos de manutenção e operação	(8.189)	(6.886)
Despesas gerais e administrativas	(3.664)	(2.767)
Remuneração dos administradores	<u>(320)</u>	<u>(301)</u>
Total	<u>(12.173)</u>	<u>(9.954)</u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	915	770
Outras	<u>238</u>	<u>258</u>
Subtotal	<u>1.153</u>	<u>1.028</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.448)	(7.690)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(74)
Outras despesas financeiras, líquidas	<u>(62)</u>	<u>(155)</u>
Subtotal	<u>(6.510)</u>	<u>(7.919)</u>
Total	<u>(5.357)</u>	<u>(6.891)</u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Receita de venda de energia	28.115	27.994
Efeito líquido da repactuação - Mecanismo de Realocação de Energia - MRE	<u>(1.208)</u>	<u>(2.372)</u>
Faturamento - lucro presumido	26.907	25.622
Alíquota de presunção de lucro presumido IRPJ (8%)	2.153	2.049
Receita financeira (100%)	<u>1.170</u>	<u>1.028</u>
Imposto de renda à taxa nominal (25%)	(807)	(745)
Alíquota de presunção de lucro presumido CSLL (12%)	3.229	3.074
Receita financeira (100%)	<u>1.170</u>	<u>1.028</u>
Contribuição social à taxa nominal (9%)	(396)	(369)
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	<u><u>(1.203)</u></u>	<u><u>(1.114)</u></u>

21. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância segurada	Vigência
Riscos nomeados e operacionais	Principais equipamentos de usina e subestação, contra incêndio, queda de raio e explosão, danos elétricos e tumultos	105.935	12/05/2018
Lucros cessantes	Situações de paralisação total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro	29.131	12/05/2018

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que o capital social mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações da Companhia estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes do cliente Eletrobras, a Companhia entende que não existem riscos de inadimplência por parte desse cliente. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de Mercado - decorre de alterações nos preços de mercado, como taxa de juros, que podem impactar nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundo das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI e em fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia elétrica foi celebrado no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de chuva - a Companhia gera energia por meio de uma PCH, um período prolongado de escassez de chuva reduzirá o volume de água nos reservatórios. Em situação extrema, isso implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar esse risco, a Companhia aderiu ao Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	876	-	-	-	-	876
Depósito bancários vinculados	-	-	-	-	3.961	3.961
Contas a receber de clientes	<u>3.761</u>	-	-	-	-	<u>3.761</u>
Total	<u>4.637</u>	-	-	-	<u>3.961</u>	<u>8.598</u>

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u> <u>em diante</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.077	-	-	-	-	1.077
Empréstimos e financiamentos	4.510	4.313	4.313	4.313	38.676	56.125
Dividendos à pagar	430	-	-	-	-	430
Obrigações trabalhistas e sociais	<u>294</u>	-	-	-	-	<u>294</u>
Total	<u>6.311</u>	<u>4.313</u>	<u>4.313</u>	<u>4.313</u>	<u>38.676</u>	<u>57.926</u>

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de depósitos bancários vinculados e de empréstimos e financiamentos e a receita de venda em 31 de dezembro de 2017, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2017. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Modalidade	Risco	Cenário			Contábil	Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III		Provável I	Possível II	Remoto III
			25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Caixa Econômica Federal	Alta da TJLP	6,8%	8,44%	10,13%	(37.767)	(40.316)	(40.954)	(41.591)
	Total empréstimos e financiamentos				(37.767)	(40.316)	(40.954)	(41.591)
Ativo - Aplicações financeiras								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,9%	5,16%	3,44%	46	49	48	48
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	6,9%	5,16%	3,44%	50	53	53	52
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	6,9%	5,16%	3,44%	776	829	816	803
	Total aplicações financeiras				872	931	917	902
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	6,9%	5,16%	3,44%	2.425	2.592	2.550	2.508
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	6,9%	5,16%	3,44%	1.536	1.642	1.615	1.589
	Total depósitos bancários vinculados				3.961	4.234	4.165	4.097
Receita								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	4,50%	3,38%	2,25%	26.907	28.118	27.815	27.512
	Total receita				26.907	28.118	27.815	27.512
	Total líquido				(6.899)	(7.964)	(8.973)	(9.981)
* Fonte: Banco Santander	Efeito no patrimônio líquido				-	(1.065)	(2.074)	(3.082)

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, dessa forma não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a esses instrumentos.

23. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.231, relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor anual de R\$478, com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor anual de R\$1.215, com vigência até 31 de dezembro de 2018).
- Assessoria e gestão no valor anual de R\$538, com vigência indeterminada.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2017

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.342;

Exercício de 2016

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.377.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de fevereiro de 2018 o contrato de seguro da Companhia foi renovado com cobertura considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.
